

## A REPRESENTAÇÃO DE ÁFRICA NA LITERATURA PORTUGUESA PÓS-74: LOBO ANTUNES E ISABELA FIGUEIREDO

André Carneiro Ramos (UERJ)<sup>1</sup>

**Resumo:** Refletirei sobre duas leituras acerca de Angola e Moçambique, tendo por base as memórias associadas aos dramas de guerra de um lado, com António Lobo Antunes; e uma articulação identitária e gradativa da mulher no estrato dessa mesma guerra, com Isabela Figueiredo, pois cada um simboliza a impossibilidade de o intelectual português desconsiderar a dimensão social que o ato da escrita contém e reverbera. Assim, tais proposições me levam a pensar na contribuição que ofertaram ao tema, alinhavados pela premissa de uma *representação de África*. Ruy Belo, Maria Alzira Seixo, Zygmunt Bauman, Boaventura de Sousa Santos, Paulina Chiziane, Rita Laura Segato e José Gil me ajudarão teoricamente nesse percurso.

**Palavras-chave:** Salazarismo; Pós-colonialismo; Literatura Portuguesa; Literatura Moçambicana; Transgressão


Por escrita densa  
o coração expõe-se,  
opaco, o coração  
onde nada se vê,  
como o deserto,  
sim, como o deserto.  
Luís Quintais. *In: Verso antigo*

Desde os anos 30 que a vida intelectual portuguesa se viu marcada por uma urgente necessidade de reação à ditadura. E coube, em parte, aos escritores, um crucial trabalho dentro dessa luta, na medida em que a larga vigência do salazarismo justificava posicionamentos mais aguerridos. Junto a isso, outros fatos históricos – como os ecos emancipadores de 68, bem como a reconhecida inércia do regime político português – igualmente auxiliariam na tão almejada conquista da democracia.

Todavia, na contramão de uma progressiva abertura da sociedade lusitana e suas instituições, o imperativo desse compromisso original seguiria perdendo forças. Nesse sentido, o fazer literário português se voltaria para si mesmo, desconectando-se de qualquer exclusivismo ideológico. Na verdade, depois de 1974 promoveu-se por lá um viés mais diversificado e a partir de reflexões sobre a pluralidade recém-conquistada no âmbito político-social; e o mais inusitado é que no decurso desse caminho alguns referentes geracionais meio que se perderam em favor de algo maior: a singularidade de algumas trajetórias literárias isoladas.

---

<sup>1</sup> Graduado em Comunicação Social e Letras pelo UBM (Centro Universitário de Barra Mansa); Mestre em Literatura Portuguesa e Doutor em Literatura Comparada, ambos pela UERJ. Contato: andremacartney@hotmail.com.




Dito isso, pode-se afirmar que o tempo foi o das incertezas, algo oportuno para se revisitar todo o arquétipo luso construído. Ruy Belo eternizou no agudo poema “Morte ao meio-dia” o verso “(...) O meu país é o que o mar não quer” (2014, p. 22). Para entender um pouco melhor essa mítica, portanto, talvez seja mesmo incontornável a procura por um suporte justo na ficção, haja vista a criação/recriação do passado português (em especial o vinculado à Guerra Ultramar) não ser realizado politicamente apenas, mas a partir de uma força coletiva. Por isso é que as narrativas se apresentam, nesse caso, assim tão cruciais.

Ao que me parece, quando o assunto é esse, o da guerra, os escritores portugueses não se isolam. Pelo contrário, se coadunam.

Sendo assim, regressando, pois, à ideia original de *representação de África*, a primeira voz escolhida é a do Sr. António Lobo Antunes (freguesia de Benfica, Lisboa, 1942). Até o ano de 2016 publicou 35 livros, romances em sua grande maioria, marcados pela valorização/crescimento de uma verdadeira efabulação poético-narrativa. Para Maria Alzira Seixo (2002), tal autor demonstra invejável habilidade narrativa, com destaque para a fluência metafórica do seu discurso em grande parte embalado por certa angústia reflexiva.

O interessante é que no cerne de sua obra esbarramos com a problemática da guerra colonial portuguesa, com Lobo Antunes possuindo uma das narrativas mais marcantes sobre a temática, sendo das poucas a descer às profundezas de um Portugal traumatizado, desocultando visceralmente tudo o que a sociedade democrática fez/faz para o esquecimento do episódio. Sua escrita se propõe a perturbar mesmo o processo revolucionário português, que o autor considera irrealizável. Na verdade, alerta-nos para uma compreensão atual do pós-colonialismo, que para ele parece estar tendenciosamente obliterada. A obra antuniana, portanto, de modo bastante eficaz, afasta-nos de todo esse limbo, fazendo com que se reflita sobre essa guerra terrível, contribuindo para a problematização de como se perceberia hoje essa pós-colonialidade.

E seus romances são incisivos nesse sentido. Lobo Antunes não realiza uma profilaxia do conflito, pelo contrário, escancara-o de forma violenta, abrupta e abjeta. Mas por vezes também o esconde, e isso faz parte do seu jogo. Não é pacificamente que contemplamos as imagens por ele criadas, pois a maneira como trabalha o tema da guerra exige uma leitura não somente crítica, mas reconstrutora, impelindo o leitor



(especialmente o português) a tomar uma posição que possa levá-lo à ponderação de qual foi/é o seu papel nisso tudo, extrapolando, assim, as atribuições de um Portugal serenamente pós-colonial.


Observe-se que tal expediente não se reduziria aos primeiros romances (*Memória de elefante* e *Os cus de Judas*, ambos de 1979; *Conhecimento do Inferno*, 1980; e *Fado alexandrino*, 1983), mas prossegue de modo perspicaz nos posteriores, cujo tópico mencionado parece dissuadir-se. Reitero aqui o vocábulo *parece*, pois que essa condição à *margem* atribuída ao tema da guerra se mostra reveladora, na verdade, de atualizados e constantes estragos. Logo, mesmo nos livros em que não cita o conflito com as ex-colônias tão diretamente (na sua biografia, o que viveu em Angola como médico militar), lá estará o seu fantasma, sendo a partir dele que sua cosmovisão se ergue:

(...) continuo ligado (...) a estes móveis, a esta gente que não percebe que alguma coisa mudou sem remédio, irreversivelmente, e que acabarão por naufragar nos lagos de seus tapetes de Arraiolos, agarrados à pompa de papelão da superioridade que perderam. (ANTUNES, 1986, p. 121-2)

A citação que acabo de mencionar faz parte do romance *Explicação dos pássaros* (1981) e, sim, ainda aqui podemos visualizar os indícios subterrâneos de um combate que nunca mais foi embora. Constata-se, pois, como isso gera em sua obra uma espécie de sentido continuado, como se fosse um discurso interminável, necessário.

Por outro lado, esse “infernol berçário de ficções” (CASTELLO & CAETANO, 2013, p. 272) também se consagraria pela descontinuidade, por um eco narrativo arregimentador de outras vozes (colocando em xeque as *verdades* supostas), tudo isso a representar mais um autor advindo de todo o hibridismo pós-74, marca do romance português contemporâneo. Segue agora um trecho do já mencionado *Os cus de Judas*, um de seus mais celebrados romances:

O quê? A guerra de África? Tem razão, divago, divago como um velho num banco de jardim perdido no esquisito labirinto do passado, a mastigar recordações no meio de bustos e de pombos, (...) O certo é que, à medida que Lisboa se afastava de mim, o meu país, percebe?, se me tornava irreal, o meu país, a minha casa, a minha filha de olhos claros no seu berço, irrealis como estas árvores, estas fachadas, estas




ruas mortas que a ausência de luz assemelha a uma feira acabada, porque Lisboa, entende, é uma quermesse de província (...) uma invenção de azulejos que se repetem, (...) desbotando as suas cores indecisas (...). (ANTUNES, 2003, p. 112)

É claro que entre essas *reminiscências* e uma *Lisboa desbotada*, a geração que fez a guerra é vista pela democracia portuguesa como culpada pelo rigor com o qual o país exerceu o colonialismo, sendo associada, por vezes, ao próprio Salazarismo. O Judas que fez a guerra, personagem aqui consciente de sua traição, entra em definitivo num processo de autodestruição. Em Lobo Antunes predomina, deste modo, o herói apolítico, mas patriótico, que não se vê em nenhuma ideologia e, para piorar sua situação, descobre que foi enganado. Assim, considero que o romance antuniano contém uma espécie de projeto: revelar o escopo de um Portugal fracassado, formado por uma sociedade incapaz de olhar para si mesma sem se culpar pelos erros cometidos em África. *Os cus de Judas*, por exemplo, publicado ainda na ressaca da Revolução dos Cravos, procura evitar a inexistência que a *liquidez* dos novos tempos (BAUMAN, 2001) oferece ao país, dissolvendo-lhes a memória.

E foi no corpo a corpo com as décadas de 80 e 90 que a sociedade portuguesa atravessou uma crise de identidade sem precedentes. O país, que durante décadas acumulou colônias além-mar, realidade responsável pelo componente imperialista de sua imagem (engrossando as fileiras de uma complexa passividade cívica), paulatinamente se viu obrigada a se metamorfosear de colonizador para descolonizador, etapa que ainda hoje muitos consideram como que em desenvolvimento. Sintonizar essa *alegoria* de povo escolhido, explorada por Salazar, com esses novos paradigmas, tornou-se um sério objetivo para grande parte da intelectualidade lusitana.

Superada a fase de contestação e resistência ao fascismo, muitos poetas portugueses, por exemplo, herdeiros da chamada *Geração Cartucho*, de certo modo embarcaram na inicial ilusão de pertencerem a uma coletividade que os colocava totalmente à parte dos traços selvagens e comuns ao Capitalismo, por exemplo, como num novo contrato social a ser lusitanamente construído. Isso serve aqui para sinalizar o quanto a lógica de mercado neoliberal foi acachapante nesse sentido, encarregando-se de pulverizar muitas dessas ideologias ao promover o esgotamento e empobrecimento de grande parte da população, de 1986 (com sua entrada na União Européia) até os dias de hoje (com a crise econômica se intensificando a partir dos anos 2000). E ao longo



desse cenário, uma crescente discrepância cultural para com esse *novo* regime de governo daria cada vez mais sinais de vitalidade.

O quadro dá o que pensar. Verifica-se que o século XX em Portugal foi de extrema importância para as questões de identidade e nacionalidade portuguesa. Os escritores do pós-74 contribuíram com o processo de se deixar para trás a visão idealizada que tinham enquanto nação *imperial*. Nesse ponto, a literatura contemporânea auxilia, e muito, na reconfiguração dos estilhaços de um Portugal ainda em processo de reconstrução. Mas e a geração firmada a partir do século XXI? De que maneira se enquadraria nesse complexo e, até certo ponto, auspicioso cenário?


Antes de tratar da próxima escritora escolhida, trago à baila uma luminosa citação de Boaventura de Sousa Santos:

(...) a cultura portuguesa não tem conteúdo. Tem apenas forma, e essa forma é a fronteira, ou a zona fronteira. As culturas nacionais, enquanto substâncias, são uma criação do século XIX, são, como vimos, o produto histórico de uma tensão entre universalismo e particularismo gerido pelo Estado. (SANTOS, 2001, p. 151)

Mesmo que tomada de forma isolada do contexto original, tais palavras evocam, pelo menos para mim, a ideia de fronteira, ou melhor: de esgarçamento dessa zona fronteira. E na vertente atualíssima da prosa portuguesa, muito se averigua disso, com os seus novos expoentes tentando alargar (até certo ponto) pretéritas e impostas perspectivas.

De outro ângulo, entra em cena agora Isabela Figueiredo (Lourenço Marques, hoje Maputo, Moçambique, 1963), que muito bem evidencia a mencionada *dimensão social que todo ato de escrita reverbera*. No caso dessa escritora, o livro mais contundente nesse sentido é o seu *Caderno de memórias coloniais* (2009). O curioso é que se avaliarmos bem, os relatos autobiográficos de escritores são relativamente pouco publicados em Portugal, ainda mais quando o assunto central se volta para as ex-colônias (contrários a isso, lembro-me de mencionar Helder Macedo, António Lobo Antunes, claro, e João de Melo, dentre poucos outros). É nesse sentido que a obra de Isabela figura como novidade.

Neste segundo livro (o primeiro intitula-se *Conto é como quem diz*, 1988) a autora relata a infância passada em Moçambique, onde nasceu e viveu até 1975, depois da



Independência. E o que perpassa quase todas as suas lembranças é a relação com o pai, representação contumaz do mundo colonial. E é mesmo interessante como essa relação, transitando entre o amor e o ódio, configura-se como metáfora da relação entre Portugal e os países africanos de expressão portuguesa, “(...) símbolos de um velho e de um novo poder; de um velho mundo que chegou ao fim, confrontando por uma nova era que desponta e exige explicações” (FIGUEIREDO, 2009, p. 4).


O livro é composto por 43 pequenas crônicas, cuja matriz se deu a partir da atividade de Isabela em um blogue que ainda mantém, intitulado *O novo mundo*. O curioso é o modo como essa relação entre o virtual e impresso afeta a composição do livro, induzindo ainda mais o leitor a lidar com o gênero discursivo *post*, que remetem à crônica mesmo por se ocuparem, sobretudo, de situações do cotidiano.

Ao escrever sobre o que viveu e testemunhou quando criança, Isabela se volta para os eventos históricos e traumáticos dos países envolvidos, elaborando uma espécie de biografia coletiva envolvendo: a conjuntura colonial que subjuguava os africanos; a Guerra Ultramar; o fim do salazarismo; bem como a situação dos ex-colonos depois da independência e a marcha de muitos até Portugal, num processo que os denominaria como *retornados*.

Entretanto, como muito bem salientou Paulina Chiziane, esse livro não trata somente do colonialismo e do nacionalismo, mas também das relações de gênero e com bastante profundidade:

Estávamos eu e tu, cada uma no seu lado da barricada, quando o colonialismo aconteceu. Tu, branca, filha de um colono racista e eu, negra, filha de um colonizado, também racista. Refletindo-nos uma na outra num espelho de preconceitos. Que pena nós, mulheres, não podermos falar de sexo tão abertamente. Brancas ou pretas, fomos todas castradas. Eu tenho a língua castrada e não te direi tanto. (...) Falar de sexo é tabu. Mas tu venceste as barreiras, por isso te admiro. (IDEM, p. 8)

Observa-se nessa constatação o fato de o sexo se relacionar, e muito, com a relação metafórica aqui assinalada; nesse caso, a brutalidade seria o lastro de tais analogias, pois que são narradas, no concreto e no simbólico, algumas práticas sexuais violentas envolvendo tanto a sociedade de Lourenço Marques quanto o seu próprio pai.



No trecho a seguir comprova-se quase que visualmente a noção mencionada de subjugação do mais forte por sobre o mais fraco:

Foder. O meu pai gostava de foder. Eu nunca vi, mas via-se. Uma pessoa que observasse bem o meu pai, os olhos a sorrir ao mesmo tempo que a boca, a sensualidade viril das mãos, braços, pés, pernas... (...) Quando o meu pai me levantava no ar como se fosse uma coisa, ou me transportava às cavalitas, sentia-me fraca perante a força total, dominada, possuída por ela. (IBIDEM, p. 28)


Num dos momentos mais contundentes do livro, já em sua abertura, chama a atenção o tópico frasal do capítulo 2: “Os brancos iam às pretas” (p. 24). Iniciam-se aí duas sérias e previsíveis generalizações (a autora nos revela e critica isso ao fazê-lo, é bom deixar claro) em relação às mulheres brancas e negras, fomentando a redução das mesmas em simples elementos a serem manipulados em suas estruturas sociais. O abuso do homem branco por sobre a mulher negra é corroborado pela mulher branca, mas esta nem sequer nota o quanto também é posta à revelia: o corpo de ambas, na verdade, sofrem ataques tanto reais quanto alegóricos, e que se intensificam reciprocamente:

(...) porque à cona sagrada das brancas só lá tinha chegado o do marido, e pouco, e com dificuldade; eram muito estreitas, portanto muito sérias, e, convinha que umas soubessem isto das outras. Limitavam-se ao cumprimento das suas obrigações, sempre com sacrifício, pelo que a fornicção era dolorosa, e evitável, por isso é que os brancos iam à cona das pretas. As pretas não eram sérias, as pretas tinham a cona larga, as pretas gemiam alto, porque as cadelas gostavam daquilo. Não valiam nada. (FIGUEIREDO, 2009, p. 25)

No mundo colonial, a ideologia das mulheres brancas se dissemina entre elas, numa aceitação/convenção que sugere a diluição das mesmas em sua coletividade (mais uma vez Bauman). Mas se pode pensar o seguinte: nessa *representação de África*, ser mulher branca ou negra é algo categórico, importando mais que qualquer outro traço particularizante. A singularidade não importa, pois o que vale é o elemento identificador/redutor de cada um ao seu grupo/etnia. A desvalorização da mulher negra potencializa o recalque da mulher branca, numa projeção, enfim, desfigurada e desumana de ambas.

A verossimilhança desse argumento tem vários apoios. Um deles advém do trabalho realizado pela professora Rita Laura Segato, da UnB, que nos alerta em suas





pesquisas para o quanto a violência contra as mulheres tem deixado de se caracterizar apenas como um efeito acessório das guerras, convertendo-se em exibição de espetáculo de poder (2016). Isso, na verdade, é uma problemática que transcende a questão africana; essa *pedagogia da crueldade*, infelizmente, renova-se a cada conflito instaurado mundo afora. No caso de Moçambique, a submissão sexual relatada por Isabela pode ser vista como um recado de guerra a tratar o corpo feminino como um território igualmente expropriado e destruído. É bom lembrar que desde as guerras tribais que o corpo das mulheres possui um significado territorial, considerado como que sob a custódia dos homens do lugar dominado (pai, marido, irmão, filhos), e isso representaria um pouco mais da vitória do mais forte por sobre o mais fraco.


No *Caderno de memórias coloniais*, uma leitura possível em relação a isso me faz refletir sobre o quanto a guerra em si, num conluio corporativo dos *tugas*, transformaram o corpo das negras em suporte no qual a estrutura bélica também se reproduziu, uma vez que ali se inscreveu também a derrota moral do inimigo, pois, afinal de contas:

O negro estava abaixo de tudo. Não tinha direitos. Teria os da caridade, e se a merecesse. Se fosse humilde. Se sorrisse, falasse baixo, com a coluna vertebral ligeiramente inclinada para a frente e as mãos fechadas uma na outra, como se rezasse. (FIGUEIREDO, 2009, p. 32)

A autora conclui o seu *Caderno* de forma contundente: “Para onde vais agora” (p. 165). Tal indagação amplia e ressignifica a discussão aqui empreendida, relacionada ao tema da *representação de África*, mais especificamente no campo relacionado à escrita feminina. O trabalho de Isabela Figueiredo, nesse caso, revela diversas temáticas que se relacionam, sobremaneira, às identidades negras, elevando-as a um patamar, segundo José Gil, de apagamento da escrita, deixando somente passar a realidade que exprime (IDEM, p. 17). Assim, de maneira aguda, a brutalidade e a perversidade de uma época que não pode ser esquecida se materializam na exposição de uma violência sem tamanho, nessa relação colonizadores/colonizados, servindo ao mesmo tempo como denúncia e antídoto à velha ideologia que, horripelmente, ainda pode respirar por aí.

Concluindo: disse eu que a tópica da revisitação a um passado histórico insiste em se manter viva em Portugal. Como exemplo, mencionei a experiência intersubjetiva da





guerra colonial, com António Lobo Antunes (*Os cus de Judas*); e agora esse olhar sofrido, mas denunciador, com Isabela Figueiredo (*Caderno de memórias coloniais*). Toda essa identidade construída – que faz da literatura portuguesa um direito e um avesso –, obriga que alguns de seus escritores sejam ao mesmo tempo muitos e ninguém. E esse papel é ambivalente desde sempre, assim como o gênero romance (não importa a época), mas que, contemporaneamente, interligaria a concepção da escrita, o mundo atual e o modo de ser português à construção incerta de uma *verdade* sempre passível de ser rasurada e reescrita.

### **Referências bibliográficas:**

ANTUNES, António Lobo. *Os cus de Judas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

\_\_\_\_\_. *Explicação dos pássaros*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.


BELO, Ruy. *País possível*. Rio de Janeiro: 7LETRAS, 2014.

BUTLER, Judith; SCOTT, Joan W. *Feminists theorize the political*. Londres: Routledge, 1992.

CASTELLO, José; CAETANO, Selma. *O livro das palavras: conversas com os vencedores do Prêmio Portugal Telecom*. São Paulo: LeYa, 2013.

FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de memórias coloniais*. Alfragide – Portugal: Editorial Caminho, 2015.

MARCOS, Ángel; SERRA, Pedro. *Historia de La Literatura Portuguesa*. Salamanca: Luso-Española de Ediciones, 1999.



QUINTAIS, Luís. *Poemas*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2001.

SEIXO, Maria Alzira. *Os romances de António Lobo Antunes*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2002.

SEGATO, Rita Laura. *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres*. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922014000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200003)>. Acessado em: 20 nov. 2016.